

LAVRADORES, AGRICULTORES E PESCADORES: NATUREZA E TRABALHO EM FORTALEZA NO FIM DO SÉCULO XIX

Priscilla Régis Cunha de Queiroz*

Como afirma Eduardo Campos lembrando seus tempos de menino na Fortaleza do início do século XX, o cardápio das famílias na capital ia de carne a peixe. A venda do pescado acontecia por toda parte, no mercado, na beira da praia e na rua, provavelmente pelos próprios pescadores:

...peixe comprado à porta e viscerado à beira da calçada, a vizinhança inteira sabendo que íamos comer cavala. Ao acompanhamento, pirão bem temperado [...] postas grandes, cozinhadas em azeite “Galo”, só para amolecer. (CAMPOS, 1998, P. 32)

O peixe era importante na dieta da cidade, não sendo somente obtido do mar, mas em rios e lagoas. Municípios como Iguatu eram fornecedores de peixe, abundando ali os currais de pescarias assentados no rio Jaguaribe. Os cursos d’água, na proximidade da capital, também eram muitos. Segundo Eduardo Campos, no Cocó, por exemplo, predominava a piraima, espécie de tainha muito procurada. “As piabas eram fartas, crescidas de três polegadas. Tinha-se mais o jacundá, a traíra,.. valendo mencionar-se o baiacu, peixe pequeno e de artes malignas”. (CAMPOS, 1988, P. 42)

Sobre a pescaria e a disponibilidade de peixes, escreveu ainda José Pinheiro em artigo para o Instituto Histórico do Ceará. O autor relata que, no final do século XIX, 1895, o Rio Juá que passava por Soure: “alimentava enorme quantidade de peixes: a trahira, o cará, o cangaty, pescavam-se aos montes.” E, com pesar, o autor informa que a pretexto de ter o lago invadido alguns sítios, desfizeram-se do rio, uma “grande obra que a natureza espontaneamente oferecera à laboriosa população de Soure”.

Desde então o local ocupado pelo reservatório tornou-se também o sítio da desolação e da tristeza: [...] o gado e os outros animais procuraram outras pastagens; o caçador não saciou mais a fome dos seus filhos e nem o pescador conseguiu deitar as suas redes; acabaram-se as fructas, seccaram as platações e tudo ali agora é tristeza, é desolação. (PINHEIRO, 1902, P. 24)

Pinheiro revela por meio do seu relato que as margens do rio eram lugar de produção de alimentos, imbuído de uma afetividade marcante em face da construção de uma idéia

* Professora Mestre - Departamento de História da Universidade Regional do Cariri. E-mail: priscilla_regis@yahoo.com.br

específica de propriedade privada frente a natureza, revelando assim parte dos meandros da relação entre os habitantes da cidade e o meio natural.

Como aponta Gandara (2010, p. 19), os rios não podem ser tomados como simples “suportes físicos”, o rio é paisagem. Um lugar onde as pessoas se conectam com os mistérios da natureza, “a categoria rio representa um sistema, indicador da situação espacial, concebido com base nas relações entre natureza e pessoas. Eles têm história”. Nesse sentido, a partir de relatos como este, percebemos os rios que cruzam e cruzaram a Fortaleza no período abordado como parte integrante da paisagem da cidade, mas, sobretudo, buscamos entendê-los como elemento integrante da vida e do trabalho dos sujeitos que deles tiravam seu sustento e também seus momentos de lazer e prazer.

Assim discorreremos, sobretudo, acerca das possibilidades de produção de alimentos realizada em menor escala, dentro do perímetro urbano da capital cearense e em seus arredores por lavradores, agricultores e pescadores, demonstrando que parte do abastecimento de alimento da capital era viabilizada pela permanência da atividade destes trabalhadores. Para tal, no espaço deste artigo, trataremos de fontes como ofícios da Intendência Municipal, arrolamento da cidade de Fortaleza e obras de memorialistas. Dessa maneira, buscaremos evidenciar vestígios que nos deem informações sobre como, entre o final do século XIX e início do século XX, os trabalhadores de Fortaleza circularam na urbe negociando com várias transformações da paisagem¹ da cidade.

Lavradores, agricultores e pescadores na cidade

Segundo Eni de Mesquita, com base no censo de 1872, a cidade de Fortaleza possuía mais de 20.000 habitantes e, após a seca que durou de 1877 a 1879, atingiu, segundo os dados censitários de dezembro de 1878, 48.369 habitantes, resultando em um crescimento populacional de 141% em um intervalo de apenas seis anos. (SAMARA E SOUSA, 2007, p. 56). Quando as contradições sociais bateram à porta, associadas aos períodos de seca, pequenos proprietários e mesmo os que assumiram a condição de libertos no pós-abolição, pressionados a sair do campo em favor da grande propriedade ou empurrados para cidades maiores em função da redução do rendimento do minifúndio, estabeleceram marcha em direção a Fortaleza em um processo lento, que se estendeu ao longo de várias décadas. E, inserindo-se nos espaços da capital, estes sujeitos adentraram também às novas lógicas do mercado de trabalho urbano.²

Homens e mulheres, saídos de várias partes do país e do mundo, buscaram junto com suas famílias condições diferentes de vida no espaço promissor e instigante da capital que atraía em suas cores e novidades uma gama de trabalhadores que se estabeleceu na cidade.

Esses sujeitos passaram a se dedicar a atividades variadas, que iam desde trabalhos artesanais e biscates urbanos até ocupações na rede de comércio e serviços, que ganhava força na virada do século XIX para o XX. Porém, a exemplo de parte dos moradores já estabelecidos na cidade, muitos sujeitos seguiram como lavradores, agricultores e pescadores e na capital cearense e em suas proximidades se estabeleceram em pequenos sítios ou mesmo se utilizando de áreas verdes da urbe, desenvolvendo suas atividades de produção de alimentos.

No que diz respeito às propriedades destinadas a produção de alimentos, no Ceará, segundo os dados expostos no Almanaque Administrativo para o ano de 1899, havia nos 62 municípios do estado mais de sete mil sítios de cana, 792 engenhos e o número de fogos elava-se a 120.919. Chama a atenção a quantidade de roçados, nomenclatura aplicada a porções pequenas de terra, que somavam um total de mais de 120 mil, número que aponta para a persistência das pequenas culturas voltadas para o consumo em pequena escala. Trabalhando nessas lavouras havia 100 mil agricultores, esses eram os principais produtores dos gêneros que abasteciam o Ceará.

Para perceber a existência desse tipo de ocupação relacionada com a produção de alimentos em Fortaleza, baseamo-nos em dados presentes no Arrolamento da Cidade de Fortaleza, documento organizado pelo chefe de polícia Olympio Manuel Vital em 1887. Entre os mais diversos sujeitos descritos como moradores da cidade, encontramos, por exemplo, ferreiros, sapateiros, lavadeiras e empregados no serviço doméstico. Entre estas e muitas outras categorias profissionais, identificamos lavradores, agricultores, pescadores, vaqueiros e criador.

Acreditamos que esses trabalhadores, entre tantos possivelmente deixados de fora pelo censo, eram os responsáveis por uma contribuição relevante para o abastecimento da cidade e, imprimindo um jeito próprio de lidar com as transformações urbanas, inseriam-se através de práticas tidas como rurais construindo a vivência urbana da capital cearense.

Segundo o arrolamento, os indivíduos identificados como pescadores e jangadeiros tinham moradia situada, principalmente, na Rua da Praia e na Rua da Lagoinha. A faixa etária média era de 50 a 60 anos, somando, de acordo com o Arrolamento, um total de dez trabalhadores, todos casados que, a partir do seu trabalho, tinham que compor a renda doméstica. O principal alimento dessas famílias era, de certo, o peixe, artigo bastante

apreciado no Estado do Ceará. Por meio do seu trabalho esses homens e suas famílias se relacionavam com a paisagem que, uma vez construída, impõe significados.

O lago do Cauhipe, por exemplo, é indicado como de “uma fertilidade espantosa”, por José Pinheiro em artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará, pois, em suas margens, cultivavam-se alimentos diversos que “alimentava fartamente todos os habitantes do município de legumes, peixes e fructas que faziam também grande commercio de exportação”. Um trabalho de cultivo que alavancou uma produção de alimentos que segundo o autor, “zombava, portanto, das secas”. José Pinheiro continua:

Era invencível a abundancia de peixes de varias espécies: saborosas curimatã [...] como também as plantações de mandiocas, melões, abobaras, melancias. Suas margens podiam [...] ser aproveitadas vantajosamente para diversas espécies de lavoura. (PINHEIRO, (1902, P. 85)

O cultivo dessas lavouras, mencionadas por Pinheiro, era realizado em Fortaleza e em suas áreas circunvizinhas por um grupo de trabalhadores que só na capital somavam, segundo o Arrolamento de 1887, noventa e três homens identificados como lavradores e agricultores, a maioria, entre 20 e 40 anos, grande parte com família constituída. Suas residências situavam-se, em maior número, na Estrada do Cocó e no Arraial da Aldeota. No entanto, também ocupavam habitações na Rua da Glória, Rua Senador Pompeu e Rua Formosa. Um desses lavradores era Manuel dos Santos, 42 anos, que dividia uma casa na Boulevard Visconde do Rio Branco com sua mulher, e os três filhos; família numerosa, que provavelmente dividia as responsabilidades da casa entre todos e, quem sabe, assim como no costume do campo, o núcleo familiar se revezava nas atividades da lavoura. Por meio do trabalho, eles e tantos outros viabilizaram uma produção local diária empregada no sustento das famílias com possível excedente disponibilizados em uma venda local.

Acreditamos que esses trabalhadores, muitos oriundos de regiões de lavoura do interior do estado, remanejavam saberes adquiridos no trabalho nas fazendas e sítios e, decerto, davam novo formato às suas práticas diante das diferentes condições urbanas da capital onde continuavam exercendo seu ofício relacionado à produção de alimentos. Desse modo, adaptavam e repassavam sabedorias e artes que circulavam ao longo do tempo, assumindo, evidentemente, novos contornos, sobretudo, diante das transformações da paisagem da cidade e nas mudanças acerca do entendimento sobre qual era o modo correto e mais bem-sucedido para produzir alimentos.

Ordenação, transformação e a produção de gêneros alimentícios

Durante a segunda metade do século XIX, visando à defesa e a ordenação da saúde da comunidade, não era tolerada a estagnação das águas, como se vê pela resolução n.º 1162, de 3 de janeiro de 1865 (art. 59), que pretendia desobstruir o Pajeú: “Os moradores da rua do Mercado são obrigados a limpar o riacho que corre pelos quintais de suas casas, quando forem avisados pelo fiscal.” Por meio dessa legislação, podemos acessar o modo como os habitantes da cidade relacionavam-se, negociavam sua produção, suas demandas de consumo de produtos e de espaços na cidade, bem como desejos e necessidades.

Nesse contexto, os detentores dos saberes e poderes oficiais, com o objetivo de enquadrar hábitos e costumes, elaboraram regulamentos como as posturas municipais e providências do legislativo com vista ao interesse direto de fiscalizar e taxar as atividades cotidianas, mas também de ajustar a relação entre a sociedade e a paisagem natural.

Diante dos novos espaços e das novas regras estabelecidas na capital cearense, ao longo dos anos, o trabalhador não podia plantar, criar animais ou mesmo vender seu excedente livremente, sendo necessário reinventar-se transformando saberes e práticas, anteriormente, baseados nos costumes, no espaço e nas relações sociais comuns às experiências do campo.

Dessa forma, lavradores, agricultores e pescadores que viviam e trabalhavam na cidade, precisavam estabelecer negociações cotidianas com os agentes da fiscalização baseados nos parâmetros da legislação implementada pelos poderes públicos; afinal, a infração das leis e dos códigos de postura concorreria para a apreensão da produção e multa. Os saberes precisavam passar pela adequação da vida na cidade, mas a permanência de práticas e mesmo de sensibilidades construídas com o natural fluía pela cidade, inclusive, em um nível domiciliar.

Utilizando posturas e/ou modelando novos parâmetros, os códigos e seus elaboradores tentavam organizar esta produção, bem como a comercialização de gêneros pela cidade. Delimitações, como as expressas no código de postura tratado, apontam para a construção de uma relação específica entre o mundo natural e o urbano já em curso. A sua forma e significados, no entanto, não podem ser apreendidas somente pelas normas estabelecidas de baixo para cima, mas quem sabe pode ser acessada de forma mais ampla por meio do estudo apurado da sua constituição cotidiana, efetivada pelos vários sujeitos históricos, inclusive aqueles dedicados a pequena produção de gêneros alimentícios.

No final do século XIX, o interesse pela aplicação das tecnologias cresce, e, estabelecido o regime republicano, a atividade agrícola alcança novo desenvolvimento através

de ações como a organização da ação governamental por meio do Ministério da Agricultura (decreto 449 de 31.03.1890). Ciente da importância dos reservatórios de água, o poder público trata do uso desse elemento vital para a produção através de atos como o do dia 4 de outubro de 1893, estimulando a construção de açudes e fundação de poços artesianos. Muitas exigências também indicavam que as águas à disposição do público e do criatório não fossem contaminadas, ao mesmo tempo em que se indicou a construção de pontos de suprimentos para saciar a sede de seus animais por todo o Estado do Ceará.

Na Capital, em 11 de outubro de 1897, sob inspiração da Sociedade Nacional de Agricultura instala-se sua congênere cearense, com o propósito de distribuir sementes e instrumentos, repassar informações, criar (havendo fundos) “estações pecuárias e agrícolas” (campos de demonstração) etc.. Em novembro de 1892 há a figura do Intendente assumi a direção dos municípios, com competência de proteger as “artes, agricultura, comércio e indústrias, fazendo exposições, estabelecendo prêmios, importando modelos de máquinas, instrumento e aperfeiçoamentos de cultura, animais de qualidade superior para aperfeiçoar as raças e espécies vegetais úteis”. Com estas decisões administrativas, e, certamente políticas, o abastecimento no Ceará se transformou. Assim, na virada do século XIX para o XX, o governo passou a valorizar os saberes técnicos aplicados na produção de alimentos.

Com o objetivo de acedem no agricultor o interesse pela diversificação de práticas agrícolas, também circularam no período, manuais agrícolas como “O amigo Lavrador” que, segundo Eduardo Campos apontava métodos para a agricultura, aconselhando a cultura de variações específicas do algodão e a cultura do amendoim, do café, e destacava a qualidade do produto obtido no Ceará. Assim, em nome da técnica, da higiene e da aparência civilizada, as práticas deveriam ser transformadas tornando a produção de alimentos mais complexa, porém, os caminhos da mudança na forma de trabalhar a produção de alimentos seguiram caminhos diversos.

Pelas ruas, algumas mudanças e outras tantas permanências

Por meio da análise das fontes, percebemos que parte dos trabalhadores que produziam alimentos em sítios e chácaras próximas ou mesmo na cidade de Fortaleza desdobrou suas atividades e, diante da necessidade ou mesmo como parte de seu trabalho, recorriam à venda de seus produtos pelas ruas da cidade. A respeito dessa possibilidade, a Câmara Municipal de Fortaleza, em 1861, estabelecia pela Lei de n.º 1.013, de 6 de outubro de 1861 em seu Art. 7º, § 17 que a municipalidade devia “vigiar que os matutos não sejam

atropelados nem enganados na venda de seus gêneros, fazendo prender os que não atenderem”. (CAMPOS, 1988, P. 38)

Tal atitude aponta para um distanciamento entre práticas urbanas e as outras, aquelas aproximadas a uma ruralidade expressa na figura do tal “matuto” que se dedica a pequena produção de gêneros.

A municipalidade, presumindo o despreparo dos produtores de gêneros alimentícios, tentou “protegê-los” de possíveis espertalhões (seriam esses urbanos daquele momento?). Porém, 18 anos depois, essa postura sofreu modificações. Vejamos as Leis Provinciais de 1879:

Art. 66 o leite, frutas, legumes, hortaliças, doces, ovos, fumo e capim serão vendidos nos lugares designados anualmente pela câmara, por editaes que se farão publico com aprecia antecedência.

Art. 67º os vendedores de leite são obrigados:

§1 a declarar perante a câmara seu nome, residência e o segredo do cadeado que fecha a lata de leite

§2 a guardar de leite destinado a venda em uma lata limpa e fechada com um cadeado de segredo

§3 a não expor a venda o leite sem que seja primeiramente inspecionado pelo fiscal, a quem a câmara confiará o segredo do cadeado, o nome e a residência do respectivo dono

§4ª vender leite puro

§5 tê-lo exposto no lugar que for designado até as 8 horas da manhã podendo dessa hora em diante sahir a vender pelas ruas. Art. 71 não so nas estradas, mas também nas ruas da cidade, ou em qualquer outro lugar, é proibido atravessar

gêneros senão depois de postos a venda até o meio dia, como determina o art. 70

Os infratores dos art. 69ª71 serão multados em 20\$000 reis. (CAMPOS, 1988, P. 38)

A permissão para a produção e venda dos gêneros alimentícios aparece condicionada e regulada. O sentido da regulação, no entanto, parece não mais separar a produção e venda de gêneros da realidade urbana. Se inicialmente o sentido era proteger o produtor ante os perigos da cidade, agora parece muito mais tratar-se de um trabalhador e de práticas incluídas à vida urbana e, nesse sentido, ha de se ponderar o desaparecimento destas práticas que se sabe tratar muito mais de uma absorção destas relações de vida e trabalho sob novos parâmetros.

É certo que ao longo dos anos, a cidade experimenta novas relações de vida e trabalho, mas acreditamos que Fortaleza, em sua formação urbanística, tem sido mesmo cortejada por uma sensibilidade ao mundo natural que permanece e se expressa no cotidiano e trabalho dos seus habitantes. Os elementos desejados para compor o espaço da moradia ideal podem demonstrar tal afirmação.

Eduardo Campos, ao comentar a vida em Fortaleza no início do século XX, deixou claras as preocupações dos moradores relacionadas ao modo de vida que pretendiam ter na cidade. Quem iria alugar uma casa logo queria saber;



“Tem quintal grande?” Em geral havia, e com razoável espaço para o situamento de inevitável galinheiro. Dona de casa tinha de ser também “criadeira” de galinha – desse modo mencionado. Melhor dizer: de galinhas. Há de ser assim no plural, as todas penosas criadas sob mil cuidados e padreadas por imponente galo, capaz de dar conta de pelo menos vinte consortes. Da construção do galinheiro cuidava naturalmente o chefe de família. E se fosse qual o pai que me criou, o João, impunha regras especiais; a área do confinamento das aves deveria estar toa entelada, o portão de acesso com trava e cadeado, e não esquecido aí – e armado- o “pegaladrão”, curioso e improvisado artefato ligado à noite, energizado naturalmente, pronto a disparar ruidosa sirene logo tocado por intruso. Não se queria galinha preta. Dava azar. Preferidas por então as carijós boas poedeiras, indicadas para melhorar a raça (e tinham?) da pé-duro. Por esses dias ainda se podia ver, vendidas pelas ruas, as aves atadas pelos pés e mantidas dependuradas, malvadeza corrigida depois por postura municipal. Daí por diante, quem vendesse galinha havia de carregá-la em “capoeiras”, armações improvisadas com varas de mameleiros e cipós entrançados – prisão e transporte a um só tempo. (CAMPOS, 1998. P. 61-62)

Estando localizadas no perímetro central ou nos arrabaldes da cidade, as residências continham, em seus espaços, os traços da vida campestre. A partir da observação dos relatos de memorialistas observamos que a vivência da cidade de Fortaleza no início do século XX mesclava interesses de modernização com a permanência de práticas rurais no âmbito citadino como, por exemplo, na existência das pequenas criações de fundo de quintal, muitas levadas a diante para o pequeno comércio e outras tantas que eram divididas entre vizinhos. Como nos conta Campos, a pequena produção doméstica corroborava para o abastecimento das famílias,

[...] os ovos, apanhados pela manhã, davam sua contribuição indispensável ao fazimento de bolos, a ajudar bastante “completando” o jantar. Ninguém comprava ovos em outras casas. Fazer desse modo era demonstrar incapacidade, desleixo de gestão doméstica. No máximo podia tomar por empréstimo um ou até dois ovos à vizinha: “olhe, depois eu pago...” – “Deixe disso, mulher! É de graça...” (CAMPOS, 1998. P. 61-62)

Acreditamos que, Fortaleza, em sua formação urbanística, tem sido mesmo cortejada pela sensibilidade rural. Sempre rodeada pelo agrário, a pretensa urbanização da capital dividia espaço com as experiências de cidade pequena, em detrimento do nome da rua valem os seus pontos de referência: mercado, mercearia, praça, quiosque etc., Todos, locais por excelência de sociabilidade por meio da venda e do consumo de alimentos, como no caso da antiga rua dos mercadores e da chamada Rua do Mercado.

Assim, concluímos que lavradores, agricultores e pescadores marcaram sua presença na capital fazendo-se parte da cidade. A conduta aceita para eles não é mais aquela marcada pela ruralidade, mas uma postura urbana admitida para a cidade, ou seja, dentro dos parâmetros de comportamento, higiene e organização. Porém a cidade que crescia e organizava seu núcleo urbano, também se transformou para incluí-los durante um processo

nada harmonioso. Sentidos e experiências se misturavam em um crescente perfil urbano pouco compreensível se desassociado da natureza.

Aqui, tratamos do estudo da relação entre os homens, especificamente aqueles que se dedicavam a pequena produção de alimentos, e a paisagem da cidade de Fortaleza que, estando em constante transformação, passou, no final do século XIX para o XX, por mudanças físicas e de significados expressos no aterramento de rios e na retirada de matas para construção de estradas.

Acreditamos que as atividades de produção de alimentos contribuíram para o abastecimento de famílias e de um pequeno comércio, abrindo oportunidade de ocupação e trabalho para diversos sujeitos e, a um só tempo, conferiram feições específicas à cidade, fazendo dela um misto interessante de vivências diversas e ao mesmo tempo tão próximas. Nesse sentido, buscamos aqui esclarecer que por meio do estudo da História é possível evidenciar que são múltiplas as atitudes das sociedades humanas em relação ao meio natural, bem como os significados atribuídos a ele pelas sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil e Industrial do estado do Ceará, 1899.

CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza Provincial**. Fortaleza: 1988. P. 42.

_____. **O inquilino do Passado. Memória urbana e artigos de afeição**. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1998. Coleção Alagadiço Novo. Fortaleza.

GANDARA, Gercinair Silvério. Rio Parnaíba. Cidades-beiras: (1850-1950). Teresina: EDUFPI, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História: Saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. *Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político* (Fortaleza, 1877-1915), séc. XIX. In: **Trajetos**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará. nº 6. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005.

Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, 1902.

SAMARA, Eni de Mesquita. SOUSA, José Weyne de Freitas. *Morar e viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, séc. XIX*. In: **Trajetos**. Revista do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: nº 7, 2007.

Notas

¹ A paisagem é entendida aqui em uma acepção semelhante aquela pontada por Gandara (2010, p. 45) a partir de Silva (1997, p. 205). Concordamos quando aponta que a paisagem pode ser entendida como “um resultado de imagens espaciais, uma representação da realidade e dos elementos que a compõe.” E ainda quando afirma que “o que a representa é a decorrência da interação entre a natureza e a sociedade e da interpretação do individual ou coletiva, dos processos de construção do território”.

² Mesmo que parte significativa tenha migrado para novas áreas rurais - expandindo a produção agrícola de alimentos no estado em áreas como a Serra de Baturité, a maioria do contingente seguiu para Fortaleza. Pelos caminhos das estradas de ferro, os retirantes chegavam para tentar a sorte na capital. A população crescia e suas necessidades de consumo também, inclusive, pelos mesmos caminhos, de trem, embarcava a produção das serras de Maranguape, Baturité e Pacatuba, que superavam em quantidade os produtos oriundos de Aquiraz, Cascavel e Pacajus.